



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1799/13	DATA: 30/10/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 9h44min	TÉRMINO: 10h47min	PÁGINAS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VENÍCIO ARTUR DE LIMA - Professor da Universidade de Brasília — UnB.

SUMÁRIO

Debate acerca do relatório final da Subcomissão Especial de Mídias Alternativas.

OBSERVAÇÕES

Há exibição de imagens.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Senhoras e senhores, declaro aberta a presente sessão referente à audiência pública em que se vai debater o relatório final da Subcomissão Especial de Mídias Alternativas, através do Requerimento nº 271, de 2013, da eminente Deputada Luciana Santos e do Deputado Silas Câmara.

Convido a nossa Relatora, Deputada Luciana Santos, para tomar assento à mesa e também o nosso primeiro palestrante aqui presente, Venício Artur de Lima, professor da Universidade de Brasília.

Julgo dispensável a leitura dos nomes dos demais convidados. O Sr. Ivan Moraes Filho, membro do Centro de Cultura Luiz Freire, justificou a sua ausência. Enquanto não responder ao convite desta Subcomissão, o Sr. Renato Rovai, Presidente da Associação Brasileira de Empresas de Empreendedores da Comunicação — ALTERCOM, e o jornalista Luiz Carlos Azenha, também editor do *blog* Viomundo...

Com a palavra neste instante, para iniciar o seu relatório, a eminente Relatora Luciana Santos, do Estado de Pernambuco.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Muito bom dia, Sr. Presidente da Comissão, Deputado e eterno Governador Júlio Campos, Prof. Venício Lima, da Universidade de Brasília, que muito colaborou na construção deste relatório, Sras. e Srs. Deputados.

Antes de entrar no relatório, Sr. Presidente, eu gostaria de, em primeiro lugar, agradecer toda a minha equipe do gabinete e destacar a colaboração especial de Rubens, da assessoria da Liderança do meu partido, e a especialíssima contribuição de Cristiano. Quero realçar a sua colaboração, que foi muito decisiva, acompanhou todas as audiências públicas, as reuniões; foi, de fato, um dos grandes artífices deste relatório.

Nós sugerimos esta Subcomissão no final de dezembro de 2011. Então, são quase 2 anos de Subcomissão, em que realizamos algumas audiências públicas, umas aqui, algumas conversas bilaterais, para que, de fato tivéssemos o máximo de colaboração das forças vivas da sociedade civil organizada, visto que esse é um debate de grande densidade, de importância estratégica, porque diz respeito a um direito básico do cidadão: o direito à informação e à comunicação. Por isso mesmo,



nós teríamos que dar o devido tratamento para ter um relatório que fizesse jus à expectativa e à necessidade que tem esse debate.

Sabemos que o debate do financiamento de mídias alternativas, ou mídias independentes, ou mídias populares, antes de tudo, resgata um interesse estratégico que é o respeito à Constituição brasileira, na medida em que ela própria prevê que o sistema de comunicação no nosso País seja complementar entre o sistema público, o privado e o estatal. Isso, no sentido de possibilitar uma maior democratização das ideias, do pensamento, até porque a nossa sociedade é plural, diversificada, criativa.

Hoje, temos essa ferramenta, que é a Internet. Por sinal, estamos num debate intenso na sociedade dentro desta Casa a respeito do Marco Civil da Internet, que vai exatamente tratar de direitos e deveres, seja dos usuários, da população em geral, seja dos grupos econômicos que envolvem os interesses da Internet. Com isso nós vamos, na prática, garantindo um marco legal que possibilite esse grande feito de garantir que a sociedade brasileira tenha a possibilidade de fazer valer a democracia, que é um bem universal. E nós precisamos fazer a nossa parte, procurando colaborar com formulações, com projetos de lei, com indicativos, com tudo aquilo que diz respeito ao papel precípua deste Congresso, que é elaborar políticas estratégicas.

Nós estamos num ano em que tivemos grandes manifestações de massa, que clama por mais mudanças, por mais direitos. Nós consideramos que também veio das ruas o clamor por reformas estruturantes nos meios de comunicação. Não foram só os partidos políticos, as instituições de maneira geral que estiveram em cheque. Se tem uma coisa que uniu o sentimento dessas manifestações foi a crise de representatividade e sem dúvida também o sistema de comunicação do nosso País.

Este não é um relatório que mexe nas bases da Constituição, que precisa ser regulamentada, mas toca num assunto que ajuda a democratização, na medida em que ajuda a criar mecanismos para financiar a quantidade de iniciativas, individuais ou de grupo, que já cumprem papel relevante na informação e na formação do País. Nós sabemos que os meios de comunicação não só informam, mas formam opinião, conceitos, refletem pensamentos e visão de mundo. Nós precisamos, por isso, garantir que essa pluralidade de pensamento se reflita nos meios de comunicação.



Dito isso, vou ao relatório. Sras. e Srs. Deputados que chegaram agora, eu não vou exatamente ler os projetos de lei, porque são muito extensos, vou apenas comentar as ementas e fazer um pouco o resgate do debate que ocorreu durante esse tempo todo.

(Segue-se exibição de imagens.)

Para este trabalho centramos nosso foco de atenções sobre o tema mais importante, fundamentador da constituição desta Subcomissão: as questões econômicas envolvidas na construção e na manutenção de veículos de mídia alternativos.

Eu digo que a gente elegeu esse foco porque também está aí, no bojo, o debate subjetivo de ideias. Mas o foco desta Comissão foi exatamente cuidar do financiamento.

Quando analisamos os aspectos econômicos da mídia, não estamos falando de um setor simples, no qual se fabrica um produto e este produto é ofertado no mercado. Trata-se, na verdade, de uma longa cadeia, com diversos atores envolvidos, seja nos aspectos primordialmente técnicos de transmissão, seja na indústria criativa responsável pela produção de conteúdos.

O setor de comunicação não é um produtor de uma “mercadoria”. Na verdade, o que temos na mídia é a construção e disseminação da informação, um insumo de extrema relevância em uma sociedade democrática. E quanto mais plural é esse setor, mais rico é esse insumo, contribuindo, por conseguinte, para a formação de uma população cada vez mais politizada e cada vez mais participativa nas grandes questões nacionais.

Conceitos.

Este foi um primeiro desafio nosso: conceituar mídia alternativa. Para ela cabe definição muito mais ampla de algo que já existia há muito tempo no Brasil.

Nas palavras da Prof. Círcia Peruzzo, *“a comunicação popular também denominada alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos”*. Portanto, independe o meio utilizado, independe a forma de organização, independe a estrutura interna da corporação. O mais importante para



se definir o que é mídia alternativa é o porquê de sua constituição e a sua origem popular, que constrói um espaço midiático para a participação democrática cidadã.

Para não gerar problemas de interpretação, optamos por utilizar o termo “mídia independente” nas proposições legislativas que concluem este relatório. Essa nova categoria legal para a classificação de veículos de mídia abarca emissoras de radiodifusão de sons e de imagens comunitárias; alguns canais de programação de distribuição obrigatória transmitidos por meio do serviço de acesso condicionado; emissoras de radiodifusão de sons e de imagens educativas, produtoras brasileiras regionais independentes, e veículos de comunicação de pequeno porte.

Estes são os titulares e os suplentes da Subcomissão. Como é do Regimento da Casa, temos a representação plural dos partidos políticos.

Dentre as propostas consideradas, podemos destacar quatro grupos que concentram a quase totalidade das vertentes sobre financiamento da mídia alternativa hoje em discussão no País.

A primeira inspiração e única, até agora, foi a 1ª, e única, CONFECOM — Conferência Nacional de Comunicação. O primeiro grupo engloba as propostas aprovadas na Plenária Final, realizada em 2009.

O segundo é representado pelas propostas apresentadas pelo Intervenções — Coletivo Brasil de Comunicação Social.

O terceiro abrange as sugestões recebidas de diversos outros organismos representativos da sociedade civil organizada, especialmente da Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação — ALTERCOM, do Fórum Nacional pela Democratização das Comunicações — FNDC, do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé, da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária — ABRAÇO, e do Centro de Cultura Luiz Freire.

O quarto grupo, finalmente, é representado pelas proposições já tramitam aqui na Casa, que não são poucas. Já tramitam no Congresso Nacional muitas proposições acerca do tema, principalmente quando se trata de publicidade.

É preciso dizer que nosso objetivo não foi só debater a publicidade oficial ou privada. Nós procuramos elaborar sobre fomento, sobre produção de conteúdos também, para que de fato se apresentem condições para essa produção ter mais vigor, mais força.



Com recentes alterações tecnológicas sofridas pela radiodifusão, que trouxeram a digitalização do espectro e a aceleração do fenômeno da convergência tecnológica, a discussão sobre o controle de propriedade ganhou novo fôlego. Isso porque a tecnologia e a própria realidade econômica do setor propiciaram uma nova onda de fusões e aquisições que tornaram o setor de comunicações em todo o mundo, inclusive no Brasil, cada vez mais concentrado.

Especificamente em nosso País, a aprovação de uma nova legislação de TV por assinatura, Lei nº 12,485, de 12 de setembro de 2011, possibilitou uma nova convergência entre empresas de mídia e operadoras de telecomunicações. O resultado desses movimentos, em todo o mundo, tem sido a geração de conglomerados de mídia cada vez maiores, mais internacionais e, em consequência, oligopólios cada vez maiores das fontes de informação. Portanto, determinam até culturalmente o jeito de ser, o comportamento.

Entendemos ser necessário o revigoramento de políticas que possam estimular o surgimento e o crescimento de novos empreendimentos de mídia alternativos à comunicação oligopolizada e centralizada que hoje temos. É, em suma, isso que chamamos de mídia alternativa ou, no caso — uma denominação que estamos querendo dar —, mídia independente, outra possibilidade na qual os conteúdos locais possam ser privilegiados, em oposição aos conteúdos globais hoje onipresentes.

Um excelente exemplo dessa concentração são os dados divulgados pelo Projeto Intermeios referentes ao faturamento bruto anual das diversas plataformas de comunicação no Brasil.

Como veem, a televisão ainda concentra 65%.

Do ponto de vista da infraestrutura, tem também uma visível oligopolização no mercado de TV aberta. Segundo a ANATEL, existem 350 geradoras de televisão outorgadas no País. Além disso, também segundo a ANATEL, existem hoje 350 geradoras de televisão outorgadas no País. Além disso, também segundo a ANATEL, 9.195 canais de retransmissão estão atualmente ativados. Apesar dessa aparente multiplicidade de atores, na verdade, existe um domínio de grandes redes nacionais. Isso é outra coisa que causa muito motivo para tergiversação. Como há muitos canais, tem-se a ideia de pluralidade.



Na verdade, existe um domínio de grandes redes nacionais. A posse direta de retransmissoras, a utilização desse tipo de tecnologia por terceiros para a reprodução de conteúdos centralizados e a afiliação fazem com que o mercado de televisão aberta no Brasil seja bastante centralizado.

Então, estão aí as geradoras de televisão aberta e as afiliações.

Emissoras próprias da Rede Globo, 15, afiliadas, 79, total, 94; emissoras da Rede Record, cinco, afiliadas, 25, total, 30. Têm a mesma situação SBT, Band, *TV Ômega*, *Radiobrás*, *Canção Nova*, Rede 21 e Fundação Padre Anchieta. Como podem ver, escalonamos e retratamos o quanto é concentrado.

Quando se fala de retransmissão é que se vê a concentração de maneira mais explícita. Retransmissão da televisão: Rede Globo, 2.908; Rede Record, 751; SBT, 1.478; Band, 1.134; *TV Ômega*, 161; *Radiobrás*, 157; *Canção Nova*, 273; Rede 21, 14; e Padre Anchieta, 453.

Situação semelhante ocorre com o mercado de rádio. Há, aparentemente, uma grande multiplicidade de emissoras em atuação no País. Segundo dados do Ministério das Comunicações de julho de 2013, existiam no Brasil 1.963 emissoras comerciais em FM, 1.652 emissoras em AM, 366 emissoras educativas, além de 4.531 rádios comunitárias outorgadas. Mas as severas restrições impostas pela legislação à operação de emissoras educativas e comunitárias, que vão desde a limitação de cobertura até entraves à aferição de receitas, fazem com que praticamente todas essas quase 5 mil emissoras comunitárias ou educativas atuem em nichos muito restritos, com graves dificuldades para seguirem em operação.

Ainda segundo dados do Projeto Intermeios, 26,8% do faturamento bruto das empresas de mídia vem de empreendimentos localizados na Grande São Paulo. Esta é outra variável, o problema da desigualdade regional. Outros 12,6% são originados por empresas situadas no Estado do Rio de Janeiro. Ou seja, uma cidade e um Estado do País recebem 39,4% do total das verbas de mídia do País. Já a Região Nordeste responde por apenas 13,5% desse faturamento. A Região Centro-Oeste é responsável por 8,1% e a Região Norte produz meros 4% do faturamento bruto das empresas de mídia.

Estas são as verbas de mídia por região de 2012. É o mapa do faturamento.

Passo a fazer um resumo das audiências públicas.



Em 12 de dezembro de 2012, ocorreu audiência pública aqui em Brasília, à qual estiveram presentes Renato Rovai, da Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação — ALTERCOM; Rodolfo Machado Moura, da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão — ABERT; Tallis Arruda, da Associação Nacional dos Editores de Revista; e João Brant, do Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social.

Rovai apresentou dados de pesquisa realizada em 2010 pela SECOM: 96,6% da população assiste à televisão — a gente já viu isso antes —, enquanto 80,3% da população tem hábito de ouvir rádio; 46% da população costuma ler jornais pelo menos uma vez por semana, sendo que desses só 11,5% costumam ler jornais tradicionais, dos grandes grupos, a maior parte lê outro tipo de jornal — jornais gratuitos, jornais de bairro, jornais regionais. Ou seja, 75% desse mercado de jornais, na verdade, estaria fora dos grandes grupos organizados.

Segundo Rovai, a distribuição de verbas públicas de publicidade deveria ocorrer com base em critérios técnicos construídos a partir de informações que levem em conta os hábitos de comunicação do brasileiro e de critérios mais amplos que pudessem estimular a pluralidade do setor, com verbas divididas não apenas pela lógica de mercado, mas também pela lógica de Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Solicito silêncio no fundo.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Esse é um dos destaques que nós fazemos. É preciso levar em conta a intenção e a motivação de fazer valer uma comunicação plural. Por isso, tem que ser vista também pela lógica de Estado, além da lógica meramente técnica.

Rodolfo Machado Moura destacou que a média de faturamento mensal de uma emissora, segundo pesquisa realizada pela ABERT, é de aproximadamente 53 mil reais, sendo que um montante de 23,9% das emissoras faturam apenas entre 10 mil e 20 mil por mês. Moura destacou que mais de 80% das emissoras da ABERT são optantes do SIMPLES, portanto, são micro e pequenas empresas, e que essa fatia deveria ser enquadrada como “mídia alternativa”.

João Brant sugeriu que a distribuição de verbas de fomento leva em conta não apenas os números nacionais, mas também os números locais. Segundo ele, há diversas localidades brasileiras em que há pouca ou nenhuma concorrência entre



meios locais de comunicação. Nessas localidades, deve haver um foco mais explícito no incentivo ao fortalecimento de empreendimentos já existentes, o que é uma realidade. Nós sabemos que existe uma rede local que se afirma cada vez mais e que precisa de mais fôlego para ocupar mais espaço.

Conclusões.

Ao final dos trabalhos, foi possível diagnosticar uma necessidade urgente de modernização do ambiente legal, bem como uma atuação de maneira mais intensa do Executivo, com vistas a conceder mecanismos que possam tornar economicamente viável a atuação dos órgãos de mídia alternativa.

Tais ações devem incluir um grande número de intervenções, que vão desde a utilização do poder de compra de espaço para publicidade pelo Governo Federal para o fortalecimento da mídia alternativa até a criação de fundos específicos para o setor. Isso se reflete também nos órgãos estaduais e municipais, nos entes federados.

Em contrapartida, é necessário tomar um extremo cuidado para não se desvirtuar a mídia independente. É necessário protegê-la das influências que o poder econômico pode gerar, com vistas à manutenção de suas características. A mídia alternativa deve continuar sendo livre, independente e principalmente oposta ao modelo comercial de exploração das comunicações.

Assim, como conclusão deste relatório, apresentamos algumas proposições, nos termos dos Anexos I e II, que equilibram uma maior liberdade dos veículos de mídia alternativa na captação de recursos com a manutenção dos preceitos especiais aos quais ela deve estar submetida.

Nós fizemos de cinco a seis caminhos, sendo que alguns projetos de lei podem ser assumidos pela Comissão de Ciência e Tecnologia. É claro que isso tudo seria feito de maneira pactuada, construindo uma unidade. Em outros projetos de lei, alguns Deputados poderiam assumir a relatoria como produto deste relatório. Tem também apenas indicações que tratam de algumas coisas que não podemos legislar. Então, nós estamos indicando aos órgãos executivos algumas sugestões.

A primeira sugestão é um projeto de lei que permite a inserção de anúncios publicitários na programação das emissoras de radiodifusão comunitária até o limite de 20% do tempo diário de irradiação. Por quê? Para não comprometer o sentido



dela de difundir a questão local. Mas isso não impede que, no próprio interesse local, haja interessados em publicidade na própria economia local. Nós temos que ser flexíveis e levar em conta essa necessidade.

Outra sugestão é um projeto de lei referente à radiodifusão educativa, em que a gente também procura ter o mesmo critério de 20% do tempo diário de irradiação, para não comprometer o conteúdo e a independência desses órgãos.

Outro projeto de lei obriga o investimento de 20% das verbas destinadas à publicidade dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário por meio de emissoras de radiodifusão comunitária, de radiodifusão educativa. Aí a gente abrange um pouco mais de veículos de comunicação caracterizados como microempresa, empresa de pequeno porte ou empresa individual de responsabilidade limitada, para que também tenha melhor distribuição da publicidade.

Àquelas duas primeiras não importa ser necessariamente verba pública. Pode ser verba privada, da economia local, ou não. Esta proposição procura legislar sobre o financiamento de publicidade pública desses três Poderes.

Eu quero dizer que estas proposições são uma espécie de repescagem das proposições da CONFECOM e da própria proposição que existe na Câmara. A gente está procurando sistematizar as contribuições, para adensá-las e fazer uma proposição que reflita a intenção dos Legisladores da Casa e dos movimentos sociais acerca do assunto, para tê-las refletidas em proposições mais concentradas. Aliás, este sempre foi o sentido de ser desta Subcomissão: sistematizar o que já estava sendo pensado e elaborado. Ninguém aqui quis inventar a roda. Nós procuramos beber na fonte do debate de ideias e da construção que já havia nesse sentido.

Outra sugestão transforma o FUST, tão debatido nesta Comissão, não é, Deputado Izalci? A gente debate muito o dinheiro do FUST para resolver a questão da banda larga etc. Trata-se de mais de 9 bilhões...

(Não identificado) - Ele está hoje em 13 bilhões.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Em 13 bilhões e não conseguimos gastar, porque infelizmente vai para o superávit primário. Nós precisamos persistir no sentido de resgatar esses recursos.



Então, nós propomos transformar esses recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações em Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e de Radiodifusão, para que ele possa também ser utilizado para esse fim.

Depois desses projetos de lei, a gente vem com a proposta de indicação, sugerindo ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a criação de programa específico de apoio a veículo de mídia alternativa, especialmente por meio do BNDES. Nós sabemos que o BNDES financia de à refinaria. Por que não financiar meios de comunicação, principalmente os pequenos, que precisam de suporte?

Outro projeto de lei cria o Programa Nacional de Apoio à Mídia Independente, de maior fôlego. É como se fosse a Lei Rouanet dos meios de comunicação. Nós mexemos no Imposto de Renda. A Lei Rouanet dos meios de comunicação é um projeto de maior fôlego.

Também estamos sugerindo ao Ministério da Cultura a criação de linhas de fomento destinadas aos veículos de mídia alternativa. Aliás, muitos desses Ministérios já tiveram ou têm programas pontuais sobre fomento, principalmente de produção de conteúdo. Queremos apenas que ele ou resgate aqueles que já estão parados ou dê outro tratamento político à política dentro dos Ministérios.

A outra indicação é mais porque, com todo esse esforço, a gente não vê nessas proposições a questão do sistema estatal de comunicação. Ele não está contemplado nessas propostas sobre mídias independentes e alternativas.

Então, a gente dá uma indicação no sentido de também fazer valer o fortalecimento do sistema estatal, com caráter público. Estatal não tem que ser exatamente chapa branca, pode ter caráter público, dependendo dos conselhos e da disposição que tem o Estado — ente federal, estadual ou municipal — de fazer valer uma linha editorial, um conteúdo, a partir dos conselhos. É como a EBC procura fazer. Ela é estatal e tem caráter público, e terá mais ou menos caráter público conforme reflita na composição do seu conselho, que define a linha editorial e o conteúdo, além da representação da sociedade civil organizada. Então, procuramos fortalecer a rede, a EBC, de modo a tornar esse setor estratégico.

Era isso que eu tinha a dizer.



Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Quero cumprimentar a eminente Relatora, os Parlamentares que participaram desta reunião e, em especial, sua assessoria pessoal, que muito colaborou para a elaboração deste relatório final.

Os Srs. Parlamentares e as outras pessoas que tiverem acesso vão ver o quanto foi benfeito o trabalho que a Deputada Luciana Santos nos apresenta com relação à forma de financiamento das mídias alternativas do Brasil.

Prosseguindo nossa reunião, concedo a palavra ao nosso palestrante, Prof. Venício Artur de Lima, que participou da primeira audiência e nesta nos honra novamente com sua presença.

O SR. VENÍCIO ARTUR DE LIMA - Bom dia a todas e a todos.

Eu queria agradecer o convite para estar presente aqui hoje. Na verdade, minha participação vai ser muito breve, primeiro, porque eu concordo em gênero, número e caso com o relatório apresentado.

Tive oportunidade de participar de longa reunião no gabinete da Deputada, juntamente com Cristiano Aguiar, assessor responsável pela elaboração deste projeto. Então, eu me sinto pessoalmente comprometido com as propostas.

Eu queria aproveitar a oportunidade para dizer que o resultado do trabalho desta Subcomissão trata de tema que não é preocupação exclusiva do Brasil. Por coincidência, terminei nesta semana uma revisão técnica da tradução de três documentos que vão ser publicados em português: o primeiro é a Lei de Meios da Argentina, que, aliás, ontem foi considerada pela Suprema Corte Argentina totalmente constitucional, como os senhores bem sabem; o segundo é o Relatório Leveson, produzido por juiz nomeado pelo Primeiro-Ministro inglês, em função de problemas surgidos na imprensa britânica; e o terceiro é um relatório menos conhecido no Brasil, infelizmente, produzido, por solicitação da União Europeia, por uma equipe de especialistas que ouviu literalmente dezenas de empresários, jornalistas e editores de toda a Europa e especialistas do mundo inteiro.

Enfim, eu terminei sua revisão e isso coincidiu com o convite para participar desta reunião. Esse relatório da União Europeia, que tem o título *Uma mídia livre e plural para apoiar a democracia Europeia*, tem uma parte que trata exclusivamente



do pluralismo da mídia. Nessa parte que citei, há uma discussão conceitual sobre o que vem a ser.

Mas eu queria reforçar que a ideia de pluralismo nesse relatório se aplica tanto ao pluralismo interno nos meios de comunicação, que é contemplar as diversas posições em torno de uma matéria, de uma reportagem, quanto à existência externa do pluralismo, que significa, do ponto de vista do relatório, a presença no mercado de mídia de empresas que expressem no seu conteúdo a diversidade, a pluralidade, a riqueza cultural de opiniões e de manifestações que existem na sociedade como um todo.

Na parte desse relatório que trata especificamente do pluralismo da mídia, existe uma recomendação específica, a Recomendação nº 26, que diz o seguinte:

“Deve haver um dispositivo relativo ao financiamento estatal para a mídia que é essencial para o pluralismo, incluindo o pluralismo geográfico, linguístico, cultural e político, mas não são comercialmente viáveis. Deve haver um dispositivo relativo ao financiamento estatal para a mídia que é essencial para o pluralismo, mas que não é comercialmente viável.”

Há outra definição possível para a ideia de mídia independente ou mídia alternativa: *“O Estado deve intervir sempre que uma distorção do mercado conduza a um subprovisionamento do pluralismo que pode ser considerado como bem público fundamental”*.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que a intervenção através de financiamento específico para veículos de mídia, que não são comercialmente autofinanciáveis por critérios exclusivos de mercado, vai muito além da preocupação brasileira expressa neste relatório: é expressa num totalmente insuspeito relatório feito a pedido da União Europeia e publicado em janeiro deste ano.

Parece-me que as sugestões apresentadas aqui, os seis projeto de lei e as indicações específicas para ações no âmbito do Poder Executivo, estão em total sintonia com o que se debate, com o que se propõe e com o que se recomenda hoje nas principais democracias do planeta. Nós não estamos inventando a roda.



Para finalizar, eu queria chamar a atenção para o fato de que as ações aqui recomendadas — especificamente para o caso de apoio à chamada mídia alternativa ou mídia independente, que, do ponto de vista, do relatório da União Europeia, se enquadra numa perspectiva de defesa do pluralismo na mídia, que é fundamental para que se forme democraticamente a opinião pública — não serão, do meu ponto de vista, suficientes se não forem complementadas por medidas mais amplas e necessárias, como, por exemplo, a regulamentação dos artigos do Capítulo V do Título VIII da nossa Constituição, que já fez 25 anos, e que demanda tratamento em marco regulatório mais amplo, que até hoje infelizmente não existe, mas que é absolutamente necessário.

Essas medidas são importantíssimas e estão em sintonia com o que se faz hoje nas principais democracias do mundo. Eu apenas queria acrescentar que me parece que elas são insuficientes do ponto de vista da sociedade como um todo, porque fica faltando o tratamento legislativo necessário, sobretudo para o que já está na Constituição, desde 1988.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Agradecemos a participação ao eminente Prof. Venício Lima, da Universidade de Brasília.

Abrimos a palavra para o debate.

O SR. DEPUTADO AROLDE DE OLIVEIRA - Eu peço permissão para usar a palavra por 2 minutos.

Eu fiz um comentário fora do microfone quando o Prof. Dr. Venício Lima iniciou a palavra e pareceu indelicadeza ou discordância de minha parte. Eu quero afirmar que, longe disso, não existiu nenhuma intenção. Simplesmente, quando disse que era um documento da Argentina, eu pensei comigo em voz alta: “*Este é um bom modelo*”. Perdoe-me. Isso não faz parte da minha formação. Aceito qualquer debate. Eu acho que é um bom modelo realmente, porque a Argentina vive esse problema com muita intensidade aos trancos e barrancos com o Governo.

Se ficou algum resquício de que fui indelicado ou de que sou contra, não sou. Absolutamente. Eu aceito o debate. Acho que seu relatório está perfeito. Há muitos anos fui um iniciador desse assunto de radiodifusão comunitária aqui no Brasil, com



alguns modelos implantados. Enfim, tenho uma história e defendo essa posição, como defendi na Constituinte, e continuo defendendo.

Se ficou algum resquício de indelicadeza de minha parte, eu peço desculpas, professor. Eu sou tão adepto da sociedade e estou lendo o livro *Gestão 3.0* para me aprimorar um pouco.

Eu queria fazer esse comentário e pedir desculpas se ficou essa impressão, porque senti que ficou. Mas esse documento deve ser muito importante, e vou ter oportunidade de lê-lo naturalmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Lá é o fantasma do Grupo Clarín, aqui é o fantasma do Rede Globo.

Com a palavra o primeiro inscrito par o debate, Deputado Izalci, do PSDB do Distrito Federal.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente Júlio Campos, Relatora Luciana Santos, Prof. Venício Lima, da UnB, demais colegas, eu não tive oportunidade de acompanhar todas as audiências públicas sobre esta matéria, mas quero parabenizá-la pelo relatório e pela forma como foi conduzido o processo.

Eu apresentei há pouco tempo um projeto, que talvez ainda não tenha sido discutido nesta Comissão. Eu tive o privilégio de participar de audiência pública sobre *marketing*, sobre mídia. Eu percebi, por isso fiz o projeto, que está faltando neste País uma campanha de utilidade pública, por exemplo, na saúde, com ações preventivas, porque grande parte dos problemas da saúde é realmente a falta de educação e de prevenção. Na educação, a mesma coisa, nós temos que fazer uma grande campanha para participação da comunidade, na escola. São campanhas de utilidade pública fundamentais para o País.

Eu apresentei um projeto para que 70%, 80% dessas mídias do Governo fossem destinadas a ações de utilidade pública, e não a propagandas, como a gente está assistindo a todo o momento. Nós temos o exemplo de Brasília, que está gastando 300 milhões por ano em propaganda. São bilhões gastos em propaganda. Eu vejo muitas pessoas dizerem: *“Eu gostaria muito de morar nessa propaganda que está aí”*. Porque nem sempre o que está sendo apresentado nas propagandas é verdadeiro.



Eu acho um absurdo o investimento — nesse caso, não é investimento, é gasto mesmo — de milhões e milhões, até bilhões, em propagandas de Governo. É propaganda, não é realmente uma prestação de conta ou campanha de utilidade pública.

Deputada Luciana Santos, V.Exa. é nossa Relatora. Nós não devemos só definir sobre rádios comunitárias, que têm exatamente o objetivo de trazer, orientar, fazer com que haja a união da comunidade, os valores que serão aplicados com o dinheiro público nessas atividades, mas também definir um pouco de conteúdo. O projeto que apresentei estabelece que o Governo tem que destinar 70%, 80% da verba publicitária que usa a grandes campanhas. Não adianta fazer propaganda de educação uma, duas vezes por ano, porque não tem efeito nenhum. O que ficou muito claro é que tem que fazer campanha de 1, 2 anos, para ter êxito na mobilização da sociedade, com relação principalmente à educação e à saúde.

Eu não sei se, nessa limitação de 20% dos recursos públicos destinados a essa mídia, 80% não teriam que ser gastos com matérias, com conteúdos que poderiam beneficiar a população em termos de utilidade pública. Eu defendo essa proposta. Aqui não está contemplada, mas eu acho que vale a pena a gente discutir essa questão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Com a palavra nossa Relatora.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Deputado Izalci, sua sugestão e sua proposição são muito válidas. Como o objeto é financiamento, nós não entramos muito na questão dos conteúdos.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Deputada Luciana, eu não queria interrompê-la, mas a gente acompanha e sabe como funciona isso. Em todas as cidades tem jornais alternativos, os jornaizinhos da comunidade. Mas só colocam nele matéria que o Governo quer, e não exatamente o que a mídia gostaria. Se colocarem alguma coisa criticando, não recebem recurso nenhum. Essa é a minha preocupação de definir um pouco o conteúdo, principalmente na mídia comunitária, e levar sensibilidade à comunidade no sentido de convencê-la da importância da



prevenção da saúde, da educação, da segurança, para não acontecer ao que nós estamos assistindo por aí.

Não sei se ainda é o momento, mas eu não poderia deixar de colocar isso aqui hoje.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Na verdade, dois deles tratam de publicidade que não é necessariamente pública. Na rádio comunitária e educativa, a gente está tratando da publicidade de maneira geral, seja pública, seja privada. É apenas permissão para que as rádios tenham mais fôlego financeiro para continuar resistindo, porque, como todos nós sabemos, não é simples manter os custos de produção de um programa e de fazer valê-lo. E temos tantos talentos desperdiçados por não conseguir fazer com que aquelas pessoas que podem produzir conteúdos sobrevivam em função daquele tipo de serviço, de atividade econômica.

Então, apenas tentamos restringir conteúdo em função do tempo mesmo. Ou seja, deixamos só 20% de publicidade para permitir que o conteúdo não seja comprometido.

Mas acho sua preocupação salutar e acho que no debate a gente pode fazer ajustes.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Eu estou falando aqui somente das verbas publicitárias do Governo. Quer dizer, aqueles 20% que o Governo tem que investir em mídia, com o recurso que tem, que sejam... Evidentemente, nós vamos trabalhar também nas outras mídias para que os 80% do restante também sejam aplicados em conteúdos de utilidade pública.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - E tem a outra proposição, referente ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Com a palavra a eminente Deputada Luiza Erundina, de São Paulo.

A SRA. DEPUTADA LUIZA ERUNDINA - Sr. Presidente, eu quero saudar a Mesa e dizer da satisfação que é ter de volta, mais uma vez, a esta Casa o Prof. Venício Lima. Esta Casa e nós devemos muito a este cientista, a este acadêmico, que tem sido absolutamente indispensável ao esforço, pelo menos desta Comissão, no esclarecimento das questões que envolvem a política de comunicação no País, as distorções que existem no sistema de comunicação no País, e tem feito



indicações, sugestões e reflexões muito importantes. É de justiça colocar publicamente o nosso agradecimento, professor, pela sua inestimável contribuição nessa área, com um benefício enorme para a sociedade brasileira, através, inclusive, desse espaço institucional, que é a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Eu quero saudar a Deputada Luciana Santos pela qualidade do trabalho que foi realizado e a qualidade desse relatório. Quero saudar V.Exa. e os demais membros da Subcomissão.

Essas subcomissões e o resultado delas representa uma das coisas, a meu ver, de maior qualidade, de maior valor que a gente produz aqui, Deputados. Além da reflexão que a gente faz, da análise, da contribuição que a gente dá na apreciação de todas as matérias que caem nesta Comissão, as subcomissões e os estudos que elas fazem representam um patrimônio precioso, que precisa ir para além dos relatórios e para além das brochuras que eventualmente se publiquem ou se encadernem, para que as sugestões e as indicações tenham um impacto concreto na política de comunicação do País.

Esse relatório, a meu ver, apresenta uma qualidade excepcional. O Deputado, inclusive, foi também, em algum momento, participe desse esforço nesta Subcomissão.

Então, eu quero, primeiro, cumprimentar todos os Parlamentares, na pessoa de V.Exa., pela contribuição que esse relatório representa. E nós nos comprometemos a dar os encaminhamentos, a garantir os desdobramentos, para que essa contribuição tenha um impacto real, concreto, na política de comunicação do País, no momento em que o campo público, Prof. Venício — e V.Sa. certamente está acompanhando isso — está nos preocupando muito, que é o replanejamento de uma nova destinação da frequência de 700 mega-hertz, que vai comprometer, com certeza, as emissoras do campo público.

Se o problema do financiamento, se o problema regulatório e se outras questões afetam, no geral, o sistema de comunicação social no País, eles afetam, em especial, o campo público. O campo público está desarticulado, não tem um financiamento, não tem um marco, não tem uma condição de ação articulada, de programação articulada e de excelência para competir, inclusive, com o setor privado das comunicações, em respeito, inclusive, ao que prevê a Constituição, que



é a complementaridade dos três segmentos que compõem o sistema de comunicação social.

Então, esse esforço que esta Subcomissão fez e as demais subcomissões têm feito em torno da questão das comunicações vem criar, inclusive, condições políticas para que se consiga influenciar, Deputados, as decisões de Governo, para que se saia dessa paralisia em que se encontra, a meu ver, a política de comunicação social neste País.

A Lei de Meios, da Argentina, é fantástica, moderna, avançada. Ela quebrou o monopólio, quebrou o oligopólio, estabeleceu uma relação de fiscalização e de participação concreta da sociedade na definição das outorgas, na renovação das concessões. Que bom que agora a Suprema Corte reconhece a constitucionalidade dessa lei, e isso é uma grande vitória não só para o Governo argentino, para a Presidenta da Argentina, mas para a modernidade, para o processo civilizatório, porque, sem uma comunicação moderna, avançada e radicalmente democrática, o processo civilizatório fica comprometido.

Então, é um momento particularmente especial para se apresentar e se apreciar esse relatório, que, eu insisto, tem que se tornar uma referência no que tange ao objeto específico desse relatório. E isso, evidentemente, é o que esta Casa e esta Comissão podem oferecer à sociedade, do ponto de vista de subsidiar técnica e politicamente a política de comunicação, que, a meu ver, no Brasil, é uma das questões mais preocupantes, porque não se avança.

Deputados, V.Exas. sabem o déficit legal que existe nessa questão. Um Código que tem mais de 50 anos; a Constituição fez 25 anos, como disse o professor, e o capítulo que trata dessa matéria não foi regulamentado até hoje. Não existe um mecanismo de efetiva participação da sociedade civil na gestão de uma política que, mais do que qualquer outra, tem um apelo forte, porque é um recurso, é um meio natural, é um patrimônio natural da sociedade.

Então, eu acho que nós temos a responsabilidade, ao percebermos esses aspectos todos, de nos juntarmos, de nos unirmos, além das nossas divergências que são salutares em qualquer democracia, para focar essa questão em alguns pontos, a fim de que possamos avançar. Do contrário, vamos continuar patinando, e isso é grave, porque nós sabemos o quanto a reprodução dos valores, a reprodução



das ideias, a reprodução da ideologia e a reprodução da cultura fazem, concretamente, os meios de comunicação social, os meios de comunicação de massa. E, se não há uma apropriação do pensamento geral da sociedade a respeito dessas questões, nós ficamos a dever à democracia, ao processo civilizatório e à modernidade.

O Brasil está avançando no aspecto econômico e em outros aspectos, mas nós estamos aquém, e muito aquém, de países como a Argentina e outros, que já avançaram a duras penas. Eu sei da resistência que existe para nós quebrarmos esses monopólios, esses oligopólios e uma cultura atrasada a respeito dessa questão da comunicação de massa.

Desculpe eu ter me estendido demais, Sr. Presidente, mas eu quero cumprimentar a Deputada. E vamos fazer desse relatório uma referência, para ver se avançamos no diálogo que temos mantido com o Governo. O nosso Presidente e os membros desta Comissão são sensíveis, têm procurado o Ministério para dialogar sobre pontos que a gente entende que estão equivocados, como essa questão da frequência de 700 mega-hertz, da forma como está sendo transferida para as telecomunicações, em detrimento, provavelmente, até da TV aberta, que é o meio mais democrático, em uma sociedade democrática, de acesso à informação, à comunicação, ao entretenimento, à cultura etc.

Então, nós temos uma enorme responsabilidade e capacidade, sem dúvida alguma, com a ajuda da academia. O Prof. Venício tem sido um parceiro de primeiríssima hora e nos ajudado muito nesse esforço que esta Comissão tem feito.

Parabéns, Deputada. Parabéns, demais membros da Subcomissão. E parabéns à nossa Comissão, de forma geral, e à nossa assessoria. Nós temos uma excelente assessoria. A Consultoria desta Casa é de primeiríssima. Eu costumo dizer que ela está acima de nós, que ficamos aqui alguns anos. É preciso valorizar esse patrimônio que nós temos, que é essa Consultoria de que nós dispomos aqui na Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Júlio Campos) - Não havendo mais nenhum Parlamentar inscrito para o debate, declaro encerrada a presente audiência pública



e convido os nobres Parlamentares que compõem esta Comissão a permanecer, porque vamos iniciar uma nova reunião ordinária.

A SRA. DEPUTADA LUCIANA SANTOS - Eu só quero, antes de V.Exa. encerrar, Sr. Presidente, fazer mais agradecimentos e realçar as preocupações da Deputada Luiza Erundina, que é, reconhecidamente, não só nesta Casa, mas também fora dela, uma grande protagonista do debate da liberdade de expressão no nosso País. A Deputada, inclusive, preside a Frente Parlamentar desta Casa e tem sido, sem dúvida alguma, uma das Parlamentares mais apropriadas para o debate sobre a liberdade de expressão e a democratização dos meios de comunicação.

Quero dizer, Deputada, além dessa sua preocupação, que é mais do que relevante, que a própria Comissão, inclusive, esteve com o Ministro Paulo Bernardo, com o Presidente da ANATEL, exatamente para que a gente pudesse tratar desse assunto. A gente trata tanto da questão do financiamento e da regularização da Constituição brasileira, mas isso não vai valer de nada se nós perdermos aquela frequência, que é a mais importante para que a comunicação chegue às pessoas. Trata-se de um assunto mais do que relevante, ao qual esta Casa tem procurado dar o devido tratamento.

Quero lembrar que nós estamos, no plenário, com o projeto de lei, que dispõe sobre o direito de resposta, do Senador Roberto Requião, para votação, como também o projeto de lei que trata da regionalização da cultura. Nós achamos que precisa ser modificado o parecer que veio do Senado, para que as nossas Comissões reavaliem a regionalização da comunicação, que há 21 anos tramita nesta Casa.

Então, são muitos assuntos que estão na pauta, mas, sem dúvida, o relativo à frequência, até porque tem prazo para que haja uma decisão, nós precisamos, o Deputado Júlio Campos, o Prof. Venício e todos nós, Parlamentares desta Casa, ter a preocupação de interferir na tomada de decisão, porque é um assunto estratégico para a comunicação em nosso País.

Por fim, meus agradecimentos à Consultoria, à minha equipe, aos Parlamentares desta Subcomissão, ao Deputado Presidente da Comissão, Júlio Campos, que foi tão solícito de participar de todas as audiências públicas, para podermos tirar as consequências devidas desse relatório.



Muito obrigada. Agradeço ao Prof. Venício também por estar aqui mais uma vez e a todos pela presença.

Bom trabalho!